

FUNPRESP

Docentes de Macaé discutem previdência complementar

Samantha Su

As controvérsias que envolvem a previdência complementar criada pelo governo para os servidores públicos (Funpresp) foram tema de discussão entre docentes do polo de Macaé da UFRJ, dia 23. A Adufrj organizou o encontro com a participação da professora Sara Granemann (ESS/UFRJ), especialista em fundos de pensão, e da assessora jurídica da entidade Verônica Triani.

Diretor da Adufrj e professor no campus Macaé, Gustavo Camargo disse que a atividade fez parte da linha de atuação da Seção Sindical que procura esclarecer a categoria para que os professores façam sua opção. A diretoria do sindicato é contrária, sim, à adesão automática imposta pelo governo. Reunião semelhante à de Macaé está prevista para o Rio, em abril.

Adesão automática

Em novembro do ano passado, o governo sancionou a lei 13.183 que tornou automática a adesão à Funpresp para novos servidores públicos. Para a advogada Verônica Triani, a lei é considerada inconstitucional e ilegal: "O artigo 202 da Constituição é claro. Previdência de caráter priva-

do tem de ser facultativa. O servidor tem o direito de requerer ou não. Nós não entendemos a inscrição automática como opcional", argumenta.

É com base nessa linha de raciocínio que o Andes-Sindicato Nacional encaminhou uma Ação Direta Inconstitucionalidade para revogar a adesão, segundo informou a advogada.

A professora Sara Granemann afirma que a adesão automática é uma tentativa de aumentar as contribuições à Funpresp: "Menos de 7% dos professores filiaram-se à previdência complementar (quando a adesão não era automática)".

A professora diz que só no Brasil existem cerca de 400 previdências complementares fechadas, que é o mesmo que fundos de pensão. "Essas fundações têm como prioridades dois tipos de investimentos: o primeiro é a aposta em ações das melhores empresas; a segunda é a compra de títulos públicos. São estratégias que giram em torno da financeirização da previdência em um mercado instável e sem garantia para os trabalhadores."

Mas vale reassaltar que a Funpresp é diferente dos demais fundos de pensão no mercado, por oferecer a alternativa de contribuição paritária entre Estado e servidores públicos que

recebam acima do teto do INSS.

Cancelar

A Funpresp dá apenas 90 dias, desde a data da adesão automática, para que o servidor cancele a previdência com garantia de ressarcimento dos meses descontados. Cancelamentos após este prazo só permitirão o resgate dos valores na aposentadoria.

A orientação do setor jurídico da Adufrj para os ingressantes na universidade desde novembro do ano passado é que fiquem atentos ao prazo do cancelamento, se não quiserem ficar na Funpresp.

Verônica Triani orientou aos interessados buscar o site da fundação (veja quadro). Pediu ainda que enviem um email à Funpresp comunicando a saída e imprimam a mensagem, além de protocolarem a solicitação na própria universidade. "Não se pode dizer que o servidor tem vínculo com a Funpresp, se a adesão não foi requerida. Logo, para ter material jurídico, é importante protocolar o cancelamento na própria universidade, para a qual os professores prestam conta. Se ainda assim o desconto se mantiver, procurem imediatamente o setor jurídico da Seção Sindical", esclareceu.

Leia a matéria completa em <http://goo.gl/ZLlnY6>

Funpresp: cancelamento da adesão automática é feito pelo site da fundação

Após o fechamento do último Boletim da Adufrj (em 16/02), verificou-se ter sido desativado o caminho indicado no texto para o cancelamento da inscrição na Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp) via Portal Siapenet, embora o procedimento ainda conste de ma-

teriais divulgados pelo fundo de previdência. A Assessoria Jurídica da Seção Sindical entrou em contato com a Funpresp e obteve a informação que as mudanças ocorreram recentemente.

Agora, para fazer o cancelamento, o professor deve procurar o próprio site da Funpresp (www.funpresp.com.br)

e fazer o pedido através do link "Sala do Participante", no canto superior direito da página eletrônica. É preciso fazer um breve cadastro.

Nos casos da desistência da inscrição automática, dentro de um prazo de 90 dias do efetivo exercício do servidor, basta o pedido feito dentro do link "Sala do par-

ticipante", não sendo necessário usar a ficha de cancelamento (disponível na página eletrônica da fundação), pois o servidor ainda não é considerado um participante — a adesão não é homologada antes dos 90 dias; apenas a inscrição é automática.

Leia mais em <http://goo.gl/ywbW6L>

Em defesa da Faperj, todos à Alerj no dia 9 de março

Pagamento das bolsas da fundação está atrasado

Enquanto a comunidade científica do estado do Rio observa com preocupação a tentativa do governador Luiz Pezão de reduzir à metade os recursos da Faperj — por meio de uma Proposta de Emenda Constitucional (nº 19/2016), ainda sem previsão de ir a voto na Assembleia Legislativa —, o pagamento de bolsas da fundação já está atrasado. Pior: não há sequer uma previsão de normalização dos repasses.

O descaso do governo atinge, por exemplo, os programas Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE) e Cientista do Nosso Estado (CNE). Para muitos, estas bolsas são a única fonte de recursos para a pesquisa.

Preocupada com a situação, no dia 9 de março, a Comissão de Educação da Alerj promoverá uma audiência pública em defesa da Faperj, às 10h.

A diretoria da Adufrj convida os professores da UFRJ

a prestigiarem esta atividade.

No Senado, a defesa é do Pibid

Em Brasília, a Comissão de Educação do Senado recebeu, nesta quarta-feira (24), coordenadores do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). O grupo teme a redução de recursos para o programa que atendia 86 mil bolsistas até o fim de 2015, voltado para a formação inicial de professores da rede pública, ou mesmo a sua extin-

ção. Em entrevista à Rádio Senado, o representante do MEC na audiência, Jesualdo Farias, disse que, “de forma alguma”, o Pibid será extinto. Porém, para a presidente do Fórum Nacional do Pibid, Alessandra de Assis, a declaração de Jesualdo entra em contradição com recente ofício da Capes que excluiu mais de 45 mil bolsistas do programa — há informação não confirmada de que, já por pressão da audiência, o documento foi revogado.

Aprovada, em primeiro turno, PEC que permite cobrar lato sensu

O plenário da Câmara dos Deputados concluiu, dia 17, a votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição 395/14, do deputado Alex Canziani (PTB-PR). A PEC permite às universidades públicas cobrar pela pós-graduação lato sensu. A matéria retornou a uma

comissão especial criada para discutir o tema que, no último dia 24, já elaborou a redação para o segundo turno da votação, ainda sem previsão de data.

Na votação do dia 17, os deputados retiraram do texto a possibilidade de cobrança pelo mestrado profissional. Segundo o texto, o ensino público

superior de graduação e de pós-graduação acadêmica continua gratuito, mas as instituições poderão cobrar pelos cursos de extensão e de pós-graduação lato sensu — a exceção será para os programas de residência (em saúde) e de formação de profissionais na área de ensino, que continuarão gratuitos.

Processo dos 3,17%: prazo ampliado até 30 de abril

Como já divulgado pela Adufrj, o processo movido pela entidade para cobrança do reajuste dos 3,17% tem decisão definitiva e está em fase de liquidação. No fim do ano passado, em virtude de erros na listagem inicial, foi aberto um prazo (até 31 de janeiro) para os que não estavam incluídos pudessem requerer sua participação.

Diante de novas solicitações, para evitar que docentes fiquem de fora do processo, a Adufrj decidiu ampliar este prazo até o dia 30 de abril.

Duas observações importantes: a lista do site ainda não registra os que entraram em contato com a entidade, nas últimas semanas, para requerer a inclusão (mas podem ficar tranquilos que estarão na relação final); já os professores que tenham sido contemplados no processo do Sintufrj e que estejam na listagem da Adufrj também devem entrar em contato com a Adufrj para pedir sua exclusão.

Veja mais detalhes em <http://goo.gl/V5BKih>

TV Adufrj noticia mobilização da UFRJ sobre zika vírus

Na TV Adufrj, disponível em www.adufrj.org.br, uma entrevista com o professor Pedro Lagerblad, do Instituto de Bioquímica Médica, abre a série que vai noticiar a mobilização de pesquisadores da UFRJ em relação ao zika vírus.

